

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO
SANTO CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO IFES

ATA DA 5ª REUNIÃO DE 13 DE JULHO DE 2012

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e doze reuniu-se a Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do IFES, às nove horas e quarenta e seis minutos, no auditório da Reitoria, sob a presidência do **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**, Thalmu de Paiva Coelho Junior, com a presença do **Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação**, Marcelo Lucas Pereira Machado, dos **Gestores de Pesquisa e Pós-Graduação** Anderson Mathias Holtz, André Gustavo de Sousa Galdino, André Romero da Silva, Atanásio Alves do Amaral, Clayton Perônico de Almeida, Claudinei Pereira Gonçalves, José Augusto Brunoro e sua suplente Glória Maria de Farias Viégas Aquije, Luciléa Silva dos Reis, Ronis Faria de Souza e Viviane Azambuja Favre-Nicolin, do **Diretor de Ensino de Educação a Distância** José Mário Costa Júnior (substituindo Yvina Pavan Baldo), do **Coordenador de Curso de Pós-Graduação lato sensu na modalidade EAD** Rony Cláudio de Oliveira (substituindo Octavio Cavallari Junior), do **Coordenador de Curso de Pós-Graduação stricto sensu** Adonias Ribeiro Franco Junior, dos **Técnicos em Assuntos Educacionais/Pedagógicos** Cybele Barbosa Brahim, Gustavo Henrique Araújo Forde e Luciane Ferreira Lacerda, dos **Líderes de Grupos de Pesquisa Certificados pelo IFES** Carlos Roberto Pires Campos, Cezar Henrique Rodrigues Manzini, Estefano Aparecido Vieira, Maria Alice Veiga Ferreira de Souza e Renato Tannure Rotta de Almeida, e do **Convidado** Wanderson Romão. Justificaram ausência os seguintes membros: Denise Coutinho Endringer, Milson Lopes de Oliveira, Maxwell Eduardo Monteiro, Marileide Gonçalves França, Márcio de Sousa Bolzan, Arlan da Silva Gonçalves, Dímisson Abreu Louzada, Aurélio Azevedo Barreto Neto, Leandro Colombi Resendo, Charles Moreto, Simone de Souza e Victor Gianordoli. A reunião teve a seguinte pauta: 1) Proposta de Resolução que dispõe sobre as normas e condições de afastamento de servidores para participação em programas de pós-graduação *stricto sensu* e estágio Pós-doutoral no País e no exterior; 2) Apresentação da Proposta de Resolução para a concessão de auxílio financeiro para apresentação de trabalho em eventos no exterior; 3) Proposta de oferta de turma de mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (EDUCIMAT) fora de sede, entre o IFES e o IFRO; 4) Proposta de modificação do modelo de Diploma e de Histórico Escolar expedidos pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu* do IFES; 5) Proposta de Projeto de Pesquisa em Saneamento Ambiental; 6) Assuntos Gerais. Iniciando a reunião o Presidente da Câmara, Prof. Thalmu de Paiva Coelho Junior saudou os membros presentes, declarou aberta a reunião e informou que a persistência da PRPPG para que os membros confirmassem a presença nesta reunião se deve à necessidade de atingir ao quórum mínimo de 2/3 dos membros para a instalação da reunião, como exige o Art. 7º do Regimento Interno da CPPG, aprovado na 5ª reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Produção (CEPE), realizada em 22/06/2012. Diante da dificuldade em se atingir este quórum mínimo, Thalmu propôs aos membros que fosse autorizada a alteração do quórum mínimo para 50% mais 1 no Regimento Interno da CPPG. O gestor Renato Tannure apresentou concordância com a criação de dispositivos que permitam que os membros possam ser substituídos nas reuniões e ressaltou a necessidade de serem registradas nas atas das

reuniões da CPPG as faltas justificadas dos membros. Em seguida, antecipando os assuntos gerais (6), o presidente Thalmo comentou sobre a importância de serem criadas faixas de financiamento de projetos e a possibilidade de alteração da planilha da resolução que orienta o Programa de Fomento - PROGRUPOS, a fim de que seja lançado um edital, até o final do segundo semestre de 2012, com vista a reservar recursos no ano de 2013, para a execução de pesquisa de pesquisadores e de grupos de pesquisa do IFES. Na sequência, ele apresentou o ponto (1) da pauta, que trata da proposta de Resolução que dispõe sobre as normas e condições de afastamento de servidores para participação em programas de pós-graduação *stricto sensu* e estágio Pós-doutoral no País e no exterior. Este assunto foi retomado pelo Prof. Renato Tannure, que iniciou dando destaque ao Art. 8º da resolução, a fim de colocar em discussão o limite de afastamento do quadro de pessoal. Após ampla discussão, o presidente Thalmo colocou em votação a manutenção da redação do Art. 8º ou a alteração deste artigo, de modo que, em lugar da porcentagem de servidores afastados, fosse definido um limite de servidores afastados por unidade, conforme as resoluções que tratam da contratação de substitutos. Após votação, 16 membros votaram pela permanência da redação do Art. 8º, 9 membros votaram a favor da alteração da redação do artigo e houve 1 abstenção. Em seguida, o gestor André Galdino propôs que fosse acrescentado, na redação do Art. 7º, que o servidor afastado deverá permanecer no exercício de suas funções por um tempo igual ao período de afastamento no Campus onde está lotado. Após discussão e análises dos membros presentes, a proposta foi colocada em votação. Em votação, 5 membros concordaram com o texto proposto e 19 membros não concordaram com a inclusão deste texto. Posteriormente, também foi colocado em votação se deveria ser utilizado o termo “setor”, “Campus” ou “unidade” de lotação, na redação do Art. 8º. Por unanimidade, foi mantido “setor de lotação”. Também foi deliberado que cada setor de lotação poderá manter afastado para participação em programas de pós-graduação *stricto sensu* no país e no exterior um número de servidores correspondente a no máximo 20% (vinte por cento) de seu quadro de pessoal. O gestor André Romero destacou o Art 3º desta resolução e sugeriu alterações em seu §1º. Após ampla discussão, os membros deliberaram que §1º deverá ter a seguinte redação: “É vedado novo afastamento para realização de curso de Pós-Graduação para obtenção de título acadêmico igual ou de nível inferior ao já obtido pelo servidor, independentemente: a) da área de conhecimento e; b) se houver ou não revalidação por instituições credenciadas pela Capes, no caso de curso de mestrado ou doutorado concluído em instituição no exterior.” André Romero também sugeriu que fosse revisto o Art. 5º. Após discussões, a CPPG deliberou que, no §5º deste artigo, conste a renovação ou a extensão do afastamento com base no decreto 5.707 de 23/02/06. Posteriormente, também foi pontuado o §2º do Art. 7º a fim de verificar as legislações vigentes que tratam de licença para tratar de interesses particulares. Após discussões, o presidente Thalmo colocou em votação a permanência ou não deste parágrafo. Com 18 votos a favor, foi deliberado que o §2º seria mantido. Na sequência, foi discutido o Art. 9º e a maioria dos membros deliberou pelas alterações neste artigo, de forma que este passe a ter seguinte redação: “A Comissão por Campus (CPP), ou órgão equivalente, será instituída nos campi por ato do Diretor Geral, e na Reitoria pelo Reitor, com o objetivo de atuar como órgão de assessoramento à Direção do Campus e Reitoria na proposição, implementação e avaliação da política institucional de qualificação de pessoal e seus instrumentos de controle, observando-se, no que couber, a legislação vigente”. Que também, conste, em seu §1º, que a CPP, ou órgão equivalente, apreciará os assuntos concernentes ao afastamento

para Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Em sucessão, foi discutido o Art. 10º dessa resolução. Após a realização de uma votação, os membros da CPPG deliberaram, por unanimidade, que fosse excluído o inciso VIII do Art. 10º, unificando, nesta resolução, que o servidor, para solicitar afastamento, deverá apresentar um Anteprojeto de pesquisa; e também deliberaram modificar o inciso VI, que passou a ter a seguinte redação: “Anteprojeto de pesquisa com indicação da articulação entre a área de conhecimento e a área de atuação atual ou futura do servidor e com o interesse institucional do IFES”. Outrossim, leia-se no §2º do Art 10º que “O anteprojeto de pesquisa apresentado junto à solicitação para realização de estágio pós-doutoral contemplará os seguintes elementos: título, resumo, objetivos, problematização, justificativa, metodologia, metas e resultados esperados, bem como um plano de trabalho com a discriminação das atividades previstas durante o período de afastamento, detalhando o local (instituição, cidade e país) em que serão realizadas e o cronograma de execução”. Posteriormente, o gestor André Romero destaca o Art. 12º. Após discussões, os membros da CPPG deliberaram que o servidor afastado deverá prestar contas das atividades realizadas durante o período de afastamento apresentando à CDP relatórios acompanhados do plano de trabalho e do cronograma de atividades até 30 (trinta) dias antes de completar cada período de 12 (doze) meses de afastamento. Em seguida, André Romero também propôs alterações no Art. 13º. Após votação, a maioria dos membros decidiu pela permanência do prazo máximo de 90 (noventa) dias, após o término do período de afastamento, para o servidor apresentar à CDP os documentos solicitados. Foi deliberado, por unanimidade, que, no inciso I deste mesmo artigo, deve constar que, no caso de haver concluído curso de mestrado ou doutorado, o servidor deverá entregar um exemplar impresso ou digital da tese, dissertação ou documento comprobatório de conclusão de curso expedido pela instituição responsável pelo programa de pós-graduação. Logo em seguida, também foi deliberada a exclusão do Art. 17º. O presidente da Câmara, Thalmó, propôs encaminhar o processo nº 23147.000732/2011-18, que se refere à proposta de resolução de afastamento de servidores para participação em programa *stricto sensu*, para apreciação no Fórum de Gestão de Pessoas, a fim de verificar a possibilidade do servidor, em estágio probatório, conseguir afastamento de até 6 meses, para participar de aperfeiçoamento no exterior. Dando prosseguimento à pauta da reunião, Thalmó, expôs o ponto (4), que trata da proposta de modificação do modelo de Diploma e de Histórico Escolar, que consta na Resolução do Conselho Superior nº 52/2011, de 13/09/2011, que dispõe sobre os procedimentos para apresentação, aprovação, entrega dos trabalhos de conclusão e emissão de certificados e diplomas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* do IFES. O relato foi realizado pela gestora Viviane Azambuja, que propôs a seguinte padronização: os diplomas dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do IFES deverão conter, no anverso, a data de conclusão do curso, a área de concentração e a assinatura do Reitor e do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação do IFES, no verso, a data de ingresso e de conclusão do aluno no curso, a portaria de recomendação do Ministério de Educação e Cultura (MEC) ou a avaliação trienal do curso; e os históricos escolares, por sua vez, deverão conter a data da defesa da dissertação ou da tese, o título do trabalho, o nome e a titulação do corpo docente da banca avaliadora e do orientador, os nomes e a qualificação do corpo docente que ministraram as disciplinas, a data da proficiência de língua estrangeira e a área de concentração. Em seguida, os membros da CPPG votaram e aprovaram a proposta de modificação da Resolução do Conselho Superior nº 52/2011 apresentada pela relatora. Posteriormente, o presidente Thalmó

apresentou o ponto (5), que se refere à proposta de Projeto de Pesquisa em Saneamento Ambiental, cujo relato foi elaborado pela Profª Viviane Azambuja. Esta destacou a urgência da apreciação deste projeto de pesquisa, intitulado “Avaliação da qualidade da água dos principais mananciais superficiais integrantes dos sistemas de abastecimento operados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento”, de autoria da Profª Mariângela Dutra de Oliveira, da Coordenadoria de Saneamento Ambiental do Campus Vitória, visto que este projeto foi aprovado pelo Edital Fundágua /SEAMA nº 01/2011 e necessita da aprovação da CPPG para que seja assinado um convênio com o Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e, posterior, liberação de recurso para a execução do projeto. Após relatar o projeto em questão, Viviane declarou o seu parecer favorável. Resguardada a urgência da inclusão na pauta desta reunião, os membros da CPPG aprovaram esta proposta de projeto de pesquisa. Às 12h05min o Presidente da CPPG se ausentou e, em seguida, o Pró-Reitor Adjunto, Marcelo Lucas, apresentou o ponto (2), que trata da Resolução para a concessão de auxílio financeiro para apresentação de trabalho em eventos no exterior; no entanto, devido ao pouco tempo disponível para discutir o assunto, os membros da CPPG deliberaram pela apreciação deste ponto na próxima reunião da CPPG, bem como, que as sugestões de modificações desta resolução fossem enviadas para PRPPG até o dia 20 de julho. Logo em seguida, foi justificada a ausência do Prof. Sidnei e deliberado, também, que o ponto (3), que trata da proposta de oferta de turma de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (EDUCIMAT) fora de sede, entre o IFES e o IFRO, fosse apreciado na próxima reunião da CPPG. Nada mais havendo, o Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-graduação Marcelo Lucas encerrou a reunião às 12h23min e agradeceu a presença dos membros presentes; e eu, Renata Venturim Bernardino, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação e assinada por todos os presentes. Vitória/ES, 13 de julho de 2012.

ASSINATURA DOS MEMBROS PRESENTES

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Thalmo de Paiva Coelho Junior

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

Marcelo Lucas Pereira Machado

Gestores de Pesquisa e Pós-Graduação

Anderson Mathias Holtz

André Gustavo de Sousa Galdino

André Romero da Silva

Atanásio Alves do Amaral

Clayton Perônico de Almeida

Claudinei Pereira Gonçalves

José Augusto Brunoro
Glória Maria de Farias Viégas Aquije
Luciléa Silva dos Reis
Ronis Faria de Souza
Viviane Azambuja Favre-Nicolin

Diretor ou Gerente de Ensino de Educação a Distância

José Mário Costa Junior (substituindo Yvina Pavan Baldo)
--

Coordenador de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* na modalidade EAD

Rony Cláudio de Oliveira (substituindo Octavio Cavalari Junior)

Coordenador de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*

Adonias Ribeiro Franco Junior

Técnicos em Assuntos Educacionais / Pedagógicos

Cybele Barbosa Brahim
Gustavo Henrique Araújo Forde
Luciane Ferreira Lacerda

Líder de Grupo de Pesquisa certificado pelo IFES

Carlos Roberto Pires Campos
Cezar Henrique Rodrigues Manzini
Estefano Aparecido Vieira
Maria Alice Veiga Ferreira de Souza
Renato Tannure Rotta de Almeida

CONVIDADOS

Wanderson Romão
